

Tornem-se milagreiros

17 JAN 1990

JAIME BERNARDES

O GLOBO
O GLOBO

J á existe consenso quanto ao fato de a inflação no Brasil ser um problema muito mais para políticos do que para economistas resolverem. O próprio Presidente José Sarney foi enfático a respeito do assunto, sinal de que não existe nenhuma dúvida na sua mente quanto a isso.

Também é certo que os políticos brasileiros estão mais conscientes do que nunca de que está nas suas mãos o futuro de milhões de assalariados, seus compatriotas que habitam o País, da realidade econômica onde se trabalha e se produz o suficiente para sustentar essa máquina infernal que é o Estado em todos os níveis.

Também é verdade que, quando uma determinada sociedade privada faz um esforço para se salvar do caos, ela coloca na Presidência um nome que vai ser xingado até a última geração, mas que, com o seu bisturi, e sem anestesia, corta todos os pedaços podres da empresa e deixa para o seu sucessor o campo limpo para a salvação.

Diante dessas premissas e pensando no momento atual, parece possível realizar um pacto político sem precedentes na história brasileira, mas que em outros países já foi tentado e aplicado com sucesso. Um pacto político em que determinado assunto ou problema é excluído da campanha eleitoral, ficando apenas nas discussões entre partidos e suas lideranças.

Foi o caso, para citar apenas um exemplo, da mudança de mão, da esquerda para a direita, no tráfego sueco. A Suécia adotou o tráfego pela esquerda à maneira inglesa (os ingleses sempre gostaram de ser diferentes). Em 1930, surgiram as

primeiras discussões técnicas e logo políticas a respeito da mudança de mão. O assunto foi se arrastando durante décadas, cada vez se tornando mais cara em verbas e em vidas uma solução inevitável. Em 1955, foi realizado um plebiscito entre os suecos e, mais uma vez, os políticos transformaram o caso em plataforma de autopromoção. O povo sueco, estimulado pelos políticos; disse não. Até que, diante do altíssimo custo em vidas, os políticos chegaram à conclusão de que era necessária uma solução puramente técnica. O governo convocou todos os partidos políticos, mostrou todos os dados do problema e propôs uma solução apolítica: que se tomasse uma decisão por unanimidade e se excluísse o assunto da pauta eleitoral. O compromisso foi cumprido e em 1965, a Suécia, em decisão sem paralelo na História moderna, operou no tráfego sueco e mudança de mão.

No Brasil, posta de parte a possibilidade já várias vezes tentada de um pacto social, muito menos a de um pacto amplo e abrangente, sugere-se aqui um acordo político levado em frente apenas ponto por ponto.

E o primeiro ponto, objeto desse pacto, seria o do recadastramento de todos os funcionários públicos de todos os níveis, um recadastramento, aliás, que já deve estar quase pronto e só não foi tornado público por motivações políticas que agora se comprometeriam com o pacto. Ninguém discutiria eleitoreiramente o caso do recadastramento dos funcionários públicos. Onde estão, o que fazem? O que recebem, de quem recebem?

Bastaria que todos os casos irregulares fossem consertados. Como casos irregulares, ninguém teria coragem de se opor à sua regularização. E como não haveria exceções, tam-

bém ficaria posta de parte qualquer reclamação.

Mais ainda: os políticos fariam uma lei para entrar imediatamente em vigor exigindo que cada funcionário público, de qualquer nível, optasse por um único emprego e/ou fonte de renda dentro do Governo, a qualquer nível.

O Presidente José Sarney, agora no final do seu Governo, teria o papel preponderante e histórico de limpar a área para o seu sucessor. Não tendo que favorecer um em prejuízo dos outros, será mais fácil para ele tomar uma atitude corajosa, amparado por todos os políticos sem exceção.

Por outro lado, acredita-se que ele seja capaz de dar o exemplo e abdicar de todas as aposentadorias acumuladas pelo desempenho de várias funções e ficar apenas com aquela que mais lhe convier. E o respectivo salário.

A economia de recursos feita pelo Estado a todos os níveis, incluindo aí as autarquias e as fundações de todos os tipos, é absurdamente inimaginável.

O déficit público cairia, favorecendo o processo de investimentos na infra-estrutura tão necessária à futura expansão da economia brasileira.

E os únicos prejudicados serão aqueles que hoje estão de barriga cheia, com duas ou três funções, duas ou três fontes de recursos, melhor dizendo, dois ou três empregos, naquilo que a palavra emprego tem de mais ruim e abjeto. E tudo a favor daqueles que hoje estão de barriga vazia, à espera de um verdadeiro milagre.

Aqui vai um apelo aos políticos: tornem-se milagreiros!